

tornar-se quase intransmissível a quem não passou pela mesma experiência, que domínio na arte de escrever, que dextreza da pena, que felicidade de expressão serão requeridos, serão indispensáveis para apresentar uma formulação autenticamente válida que comunicará, sem o deformar demais, esse conhecimento tão precioso, tão fácil de trair”.

AJUDA AO DESENVOLVIMENTO OU IMPERIALISMO ECONÔMICO (*)

TARCÍZIO RÊGO QUIRINO

Ainda não se havia desvanecido o cheiro de pólvora que cobriu a Europa por cinco anos de guerra, quando os Estados Unidos da América do Norte resolveram semear indústrias no solo europeu ainda empapado do sangue derramado pela Segunda Guerra Mundial. Para isso foi criado o Plano Marshal, em 1947. Cinco bilhões e seiscentos milhões de dólares foram invertidos na Europa Ocidental nos primeiros 15 meses do programa. Fábricas foram reconstruídas, indústrias modernizadas, enquanto se distribuía alimentos para que os sobreviventes da catástrofe não morressem de fome, devido à profunda desorganização da produção e dos meios de distribuição dos alimentos.

Alguns anos depois, a Europa já podia caminhar por sua própria força: as indústrias superavam os índices de produção de antes da guerra, os alimentos eram abundantes e já ninguém morria de fome. Presentemente, 20 anos somente após o conflito, a Europa em geral e a Alemanha em particular atravessam um período de prosperidade econômica jamais alcançado em tempos passados, e só superado pela prosperidade norte americana. Não há dúvida que o Plano Marshal conseguiu alcançar as metas para as quais havia sido criado. O Plano Marshal custou cerca de vinte e dois bilhões de dólares, nos quatro anos de sua vigência.

Enquanto isso, os países desenvolvidos do ocidente dispenderam, somente entre os anos de 1956 a 1959, um total de

* Estudo apresentado em seminário internacional sobre problemas do sub-desenvolvimento, na “Evangelische Gemeinde” de Iserlohn, Alemanha, em dezembro de 1966.

cêrca de \$ 28.000.000.000 (vinte e oito bilhões de dólares) como ajuda ao desenvolvimento do chamado terceiro mundo. (1) Dez anos depois dessa monumental ajuda, quais são os resultados positivos? Parece que muito pouco. Embora a renda "per capita" de alguns países tenha crescido um pouco nesses últimos anos, a diferença entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos continua crescendo. Se analisarmos um índice que seja independente do crescimento da população, como, por exemplo, o crescimento do produto bruto nacional, também aí veremos que a desproporção continua aumentando, contra os países subdesenvolvidos. Só muito poucos países conseguiram nesses 20 anos aproximar-se da fase do "TAKE-OFF" (2) e ainda menos conseguiram superá-la e ingressar no clube do desenvolvimento.

Êsses são os grandes problemas que se apresentam aos países que dão ajuda ao desenvolvimento e que são sentidos ainda mais nos países que recebem a ajuda. O Govêrno dos primeiros precisa justificar junto ao contribuinte o emprêgo de seu dinheiro, sempre pago à contra vontade, enquanto o dos segundos necessita encontrar derivativos para os anseios do povo por uma vida mais humana, por um emprêgo fixo, por uma moradia decente.

Que estará acontecendo com a ajuda ao desenvolvimento, que parece não conseguir atingir suas finalidades? Será que ela é realmente "ajuda ao desenvolvimento", ou dever-se-á chamá-la mais pròpriamente "imperialismo econômico"?

Vamos tentar fornecer alguns elementos, apoiados nos estudos mais recentes sôbre o tema, para, com êles, podermos compreender melhor o problema do subdesenvolvimento, e, através dêle, o das relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O problema do subdesenvolvimento é um dos mais jovens a preocupar a humanidade. Não apareceu como tema das relações internacionais, senão nas duas últimas décadas. Até há poucos anos, só os economistas tinham algo

1) Hautmann: "Grundlagen und Zielen der Entwicklungshilfe" Herne-Berlin, 1962, pag. 37.

2) Sôbre a fase do TAKE-OFF ver o conhecido livro de W. W. Rostow: "The Stages of Economic Growth" Cambridge, 1960.

a dizer sôbre o tema. A diferença da renda "per capita" se tomava como indicador mais usado e mais prestigiado para distinguir entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos. As teorias dos economistas, desde os clássicos inglêses até os marxistas e pós-marxistas, as quais procuravam explicar o aparecimento e aumento das "riquezas das nações", também se aplicavam à interpretação do subdesenvolvimento e à sua possível superação. Só mais recentemente os cientistas e os políticos e homens de negócio começaram a descobrir que o problema era um pouco diferente, e não se circunscrevia ao campo da ciência econômica. Daí nasceu uma compreensão mais ampla do fenômeno, com base em interpretações histórico-culturais, com a qual estamos presentemente trabalhando. São essas concepções que tentaremos apresentar em linguagem acessível. Para se entender o problema do subdesenvolvimento, é necessário em primeiro lugar saber exatamente o que é desenvolvimento. Caldeiran Beltrão define-o como "um processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura em uma região um mecanismo endógeno de crescimento econômico, cumulativo e diferenciado". (3) Êsse processo é inédito porque só aconteceu uma vez em tôda a história da humanidade, isto é, a partir da revolução industrial, no meado do século XVIII. Apesar disso não se pode confundir desenvolvimento econômico com industrialização. Há países desenvolvidos, como a Austrália e Nova Zelândia, que apenas são fracamente industrializados. O desenvolvimento se caracteriza, antes, pela racionalização da vida econômica, pela tecnologia, e pela eficácia. O aumento da renda "per capita", assim como outros fatores que são usados como medida do desenvolvimento, são os efeitos através dos quais a presença dessas características é sentida e mensurada.

O aparecimento do desenvolvimento econômico se deu pela primeira vez na Europa Noroestina e nos Estados Unidos. Nesses países êle é o efeito do desenvolvimento cultural que se poderia chamar de endógeno, isto é, onde a evolução interna da cultura teve papel mais importante de que os

3) Caldeiran Beltrão: "Sociologia de Desenvolvimento". Pôrto Alegre, 1965, pág. 115.

contactos externos dessa cultura com outras. Empregamos aqui o termo "cultura" no sentido usado especialmente pelos antropólogos. Nos demais países o desenvolvimento econômico é importado como fato cultural, sendo, por isso, exógeno. Quando usamos o conceito de desenvolvimento como um fato histórico-cultural, é porque sentimos a necessidade de enfatizar que ele não é somente um problema econômico, mas sim um problema que afeta todas as partes de uma cultura, e, portanto, tem profundas ligações com a organização da sociedade e com o modo de ser, de agir e de pensar dos indivíduos. É muito difícil para um europeu ou um norte americano, mesmo que seja uma pessoa instruída e de espírito largo e compreensivo, entender porque um país não se desenvolve. A preguiça, a inaptidão para o trabalho, ou então a inferioridade e a maldade dos habitantes são apresentados como explicação. Essas explicações não passam, porém, de um julgamento das situações, a partir de uma posição assentada em sua própria cultura.

Os países chamados subdesenvolvidos têm culturas completamente diferentes da cultura que domina na Europa e nos Estados Unidos. O modo de pensar é diferente, a sociedade é organizada de outra maneira, e sobretudo os valores e as crenças do indivíduo são completamente distintas. Essas culturas, que podem ser tão importantes e antigas como a árabe, a chinesa e a indú, ou podem ser o patrimônio de um grupo restrito de indivíduos, como as pequenas tribos africanas e sul americanas, muitas vezes existem desde milhares de anos. Na maioria delas a vida econômica e a produção não ocupam nem de longe o lugar que ocupam para um europeu. Os valores mais importantes da cultura são outros.

Um dia, em um desses últimos dois ou três séculos, essa cultura entrou em contacto com os membros dos países desenvolvidos. Quase sempre foram os europeus e norte americanos que se deslocaram para outras partes do mundo, em busca da matéria prima para suas indústrias, ou procurando vender a produção de suas fábricas. Na maioria dos casos, porém, a verdade é mais negra. Os "desenvolvidos" chegaram até aonde viviam pessoas com outras culturas e aí, pela força das armas, instalaram uma colônia que começaram a governar e explorar sem consultar aqueles que ali viviam antes.

Os membros das outras culturas que entraram em contacto com os povos desenvolvidos viram no modo de vida destes certas vantagens evidentes: porém viver com menos trabalho, conseguir o alimento mais facilmente e com mais constância, e sobretudo conseguem se defender da morte e das doenças com mais eficácia. Além disso, há a importância do conforto, da abundância, da novidade.

Por causa dessas vantagens o desenvolvimento é desejado pelos outros povos. Mas, para possuí-las é necessário uma mudança cultural profunda, do modo a pôr no centro das preocupações da sociedade a vida econômica, organizada com base na eficácia, na tecnologia e na racionalização. A cultura de um povo, porém, os hábitos, o modo de pensar, a vida, não se mudam com a mesma facilidade com que se constrói uma fábrica ou se cria uma nova modalidade de impôsto. Mesmo quando uma pessoa tem boa vontade, não muda suas crenças e anseios com facilidade.

Quando o Plano Marshal derramou dinheiro na Europa devastada pela guerra, estava fornecendo o capital para os europeus reconstruírem uma vida a que já estavam acostumados, e que eles próprios, por assim dizer, tinham inventado. Já havia o operário que sabia ler, o engenheiro que sabia fazer as máquinas, o economista que sabia programar a produção, o empreendedor que sabia combinar os fatores de produção do modo mais eficiente. O único elemento que realmente faltava era o capital. Com a presença dele, a Europa funcionou. Nos países subdesenvolvidos as economias jamais foram organizadas como a economia desenvolvida. As pessoas têm outros hábitos, estão formadas em outra direção. Uma grande parte não possui educação escolar, porque essa educação não era funcional para a cultura ali presente. Ou então havia um sistema escolar que formava pessoas para serem membros de uma classe alta europeizada, as quais entendem muito de filosofia, estudam direito ou até mesmo medicina, conhecem bem a literatura, sabem algumas línguas, mas não se formam para fazer funcionar uma estrutura econômica, onde a produção requer a aplicação das ciências. Entre recuperar a Europa depois da guerra e desenvolver um país subdesenvolvido, há mais ou menos a mesma diferença como entre voltar

para a casa, e encontrar um determinado enderêço em cidade estranha. Para que se crie uma economia desenvolvida o trabalho não se apresenta tão simples como ao Plano Marshall, por mais complexo que êle tenha sido. Além do capital é necessário formar também o homem, criar uma nova mentalidade, mudar as estruturas sociais, juntamente com as econômi- as. Os economistas estão chamando a isso a formação dos "recursos humanos". Tôda uma especialidade já surgiu daí: a economia educacional. Nós estamos convencidos de que ela será um passo importante para a racionalização da educação, mas que o problema ainda vai adiante: deve-se conseguir a transformação ainda mais profunda da cultura, ou melhor, sua adaptação ao desenvolvimento. Só quando o desenvolvimento econômico se transforma em projeto nacional, isso é, quando passa a interessar como prioridade a tôda a coletividade, êle tem possibilidades de ser bem sucedido. Quando um país chega a êsse período, a que nós temos chamado de "TAK-OFF" sociológico, não haverá mais riscos sérios de uma frustração do processo, a não ser por causas muito poderosas. Êsse "TAKE-OFF" sociológico pode ser conseguido durante um processo revolucionário, como na União Soviética ou em Cuba, ou pela ação do govêrno, como no Brasil, com a construção de Brasília, ou por outros meios.

Antes dêsse período, o problema da diferença entre a cultura científica (ou cultura industrial como chamam outros) e as culturas pré-existentes nos países subdesenvolvidos é um dos pontos que mais criam resistência para a instalação da racionalidade econômica, mesmo quando essa racionalidade seja aparentemente perfeita sob o ponto de vista do economista ou do membro da cultura científica. Aí está a causa, porque muitas vêzes a ajuda ao desenvolvimento não consegue desenvolver coisa alguma. Os melhores estudos sociológicos e antropológicos sôbre o problema do subdesenvolvimento têm usado como metodologia uma comparação bi-polar entre duas formas de organização social e de cultura, como, por exemplo, a sociedade estática e a sociedade dinâmica de Behrend. Êsses polos às vêzes estão ligados por um "continuum", como o "folk-urban continuum" de Redfield. Que êsse método de estudo tem esclarecido muitas diferenças entre a sociedade desenvolvida e a

subdesenvolvida, está fora de dúvida. Mas, a nosso ver, ainda não é suficiente para distinguir as diferenças muitas vêzes radicais e marcantes para a criação do desenvolvimento entre as diversas culturas dos países subdesenvolvidos. Sob o ponto de vista da estratégia do desenvolvimento econômico, certamente há mais diferença entre a organização social de uma tribo poligâmica, e de um país cuja organização social se baseia na cultura ocidental, de que entre a organização social da União Soviética e dos Estados Unidos da América do Norte. Foi essa insuficiência de discernimento, a qual se reflete diretamente nos programas de ajuda ao desenvolvimento, que fêz Braz Kumar Nehru escrever, para um recém editado manual de desenvolvimento: (4) "Programas de ajuda ao desenvolvimento muitas vêzes não têm levado em conta essas diferenças que existem entre os países em desenvolvimento. Por isso há uma tendência de misturá-los todos em uma só panela e lhes oferecer a todos uma mistura de ajuda técnica e econômica, sem se incomodar muito sôbre quais sejam suas reais necessidades, e que ajuda poderia ser mais correta para as respectivas situações." É necessário fazer uma tipologia dos países subdesenvolvidos, com a finalidade de melhorar a adequação da ajuda às necessidades reais do país ajudado. Só assim será possível melhorar a eficiência da ajuda, abandonando os conceitos estereotipados sôbre os países subdesenvolvidos, para chegar a vê-los como êles são.

Quando um estrangeiro de país subdesenvolvido chega em um país que dá ajuda ao desenvolvimento, fica um tanto embaraçado pelo modo como essa ajuda é vista pelos pagadores de impostos. Êles sempre argumentam que pagam impostos demais, os quais depois são aplicados em vão nos países subdesenvolvidos. Na Alemanha, por exemplo, a história do leito de ouro (5) já se tornou legendária. Essa impressão, contudo,

4) "Entwicklungspolitik — Handbuch und Lexikon" Stuttgart — Berlin — Mainz, 1966.

5) Conta-se, em tom anedótico, mas como caso de que se deve tirar uma moral prática, que um chefe de Govêrno de certo país africano foi recebido na Alemanha pelas autoridades federais. Como todos os governantes dos países subdesenvolvidos, apresentou suas reivindicações de ajuda ao desenvolvimento para seu país, a serem atendidas através de doação. O Govêrno alemão, depois de lhe ter concedido a ajuda, veio a saber que da mesma viagem da-

parece a meu ver um mal entendido de parte a parte. A ajuda ao desenvolvimento não pode ser entendida, se fôr estudada com unilateralidade. Não é um fato em que somente uma parte esteja interessada. Ambas as partes têm seus interesses e procuram tirar as suas vantagens.

O desenvolvimento econômico só começou a ser procurado como um bem desejável, quando os países desenvolvidos entraram em contacto com os outros povos e, nesses contactos, procuraram fazer proselitismo para seu sistema de vida, ao mesmo tempo que introduziram técnicas de produção, ou fizeram nascer a necessidade das comodidades e facilidades modernas. Muitas vezes, através da instalação de uma economia colonial, foram desorganizadas as economias de subsistência das regiões colonizadas, ao mesmo tempo que a cultura das populações, a qual era antes mais ou menos integrada, ou organizada, como dizem os antropólogos, sofreu o início de um processo de desintegração. Os ideais e os valores que os povos desenvolvidos levaram para os países subdesenvolvidos são a semente de onde nasceu toda a problemática do desenvolvimento. Por isso não se pode falar em país subdesenvolvido, se esse não está já integrado na problemática de criar uma economia moderna. O país é subdesenvolvido porque começou a tentar adotar os valores e sobretudo o modo de produção dos países pertencentes à cultura científica. (6)

quêle chefe constava outra visita que êle considerava de suma importância: em uma casa especialista em trabalhos de metais preciosos o tal reivindicante da ajuda econômica ao desenvolvimento havia encomendado para si nada menos de que uma cama totalmente de ouro!

As conclusões que a opinião pública alemã tirou, foram de que a ajuda econômica ao desenvolvimento, que cada cidadão paga com seus impostos, tem servido muitas vezes para pagar "utilidades" como essa!

- 6) Os países que alcançaram por primeiro o desenvolvimento, como os Estados Unidos e a Europa Noroestina, jamais foram, a rigor, "sub-desenvolvidos", porque jamais estiveram em frente a países "desenvolvidos", para com eles se opor em relação do "sub-desenvolvimento". A situação anterior ao fenômeno do desenvolvimento econômico era antes de "não-desenvolvimento" de que "sub-desenvolvimento". O fenômeno do sub-desenvolvimento é, ao nosso ver, um fenômeno de relação, e não somente de quantidade. O desenvolvimento econômico, por sua vez, só foi possível a partir da Revolução Industrial. Antes havia crescimento econômico. (Ver François Perroux: "Les Blocages de la Croissance et du Développement. La Croissance, le Développement, les Progrès, le Progrès (Définitions)" em *Tiers Monde*, Tome VIII n.º 26, PUF, Avril-juin 1966).

Ora, essa espécie de dependência cultural tem efeitos bem marcantes sobre as relações entre os dois mundos. No mundo desenvolvido cria uma ligação de tal ordem, que leva os países a terem obrigações para com os subdesenvolvidos. Nêstes, a expectativa é que os países desenvolvidos continuem a ajudar, ou melhor, continuem a se preocupar com que os países subdesenvolvidos consigam realmente ser bem sucedidos na adoção dos valores novos ali introduzidos. Essa expectativa, que aqui analisamos do ponto de vista cultural, tem sua expressão sob diversas formas.

Muitas vezes os países subdesenvolvidos são acusados de "interesseiros" e "ingratos" para com os países doadores da ajuda. Esse é um fato sociológico que não é próprio descrever com essas palavras, mas que é explicável através do esquema histórico-cultural que estamos desenvolvendo. Quando uma sociedade muda de hábitos, de ideais, de organização social, ela atravessa problemas seríssimos de conflito entre as duas culturas que se substituem. Esses conflitos não se passam somente na esfera dos valores, nem na organização social, mas também na esfera política. A sociedade subdesenvolvida, que possuía uma cultura própria, muitas vezes muito bem integrada e viva, e aos poucos adota a cultura científica, sente como que se os países que se apresentam por modelos de nova cultura, fôssem culpados dos problemas gerados pelo conflito que forçosamente ai acontece.

São esses sentimentos contraditórios que fazem parecer incompreensíveis as reações da população de países subdesenvolvidos. Basta lembrar a respeito, a Índia faminta protestando contra a decisão do govêrno de matar as vacas, consideradas sagradas, para servirem de alimento. Foi a cultura moderna que se expressou através do govêrno, enquanto a cultura tradicional sentiu-se ofendida em sua parte mais sensível, a religião.

Mas essa explicação não esgota o tema. Precisamos ver também que espécie de ajuda ao desenvolvimento se pratica no mundo atual. A ajuda ao desenvolvimento, "expressis verbis", é aquela que contribui para que o país receptor instale em si "um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado." Todas as outras formas de ajuda, como,

por exemplo, ajuda contra os efeitos de terremotos, ou para a restauração de cidades inundadas, não são ajuda ao desenvolvimento. Podem ser humanitárias, caritativas, de reconstrução, ou o que se queira, mas não têm por finalidade o desenvolvimento. Isso não significa que sejam desprezíveis, ou muito menos condenáveis. Não significa também que essas ajudas não tenham algum efeito sobre o desenvolvimento. Mas elas não se destinam em primeiro lugar para este fim, só tendo, por isso, efeitos secundários sobre ele.

Se fôssemos rever as cifras que cada govêrno dedica à ajuda ao desenvolvimento usando desses critérios, descobriríamos que elas não são tão grandes como se apregôa. Muita ajuda militar, por exemplo, já foi contabilizada como ajuda ao desenvolvimento. Muita viagem com fins nitidamente políticos, muita pesquisa científica sobre assuntos que só muito remotamente repercutem (se repercutem) na dinâmica da vida econômica, foi paga com verbas destinadas à ajuda ao desenvolvimento. Por isso é necessário mudar a balança com que se pesam as realizações dos países subdesenvolvidos com a ajuda que lhes é dada.

Uma medida econômica é necessária criar e pôr em uso: é a "ajuda ao desenvolvimento per capita". Alguns autores já salientaram que o Plano Marshal empregou por habitante, algumas vezes mais dólares de que os Estados Unidos fornecem, por exemplo, à América Latina no mesmo período de tempo.

Outro item que merece mais divulgação nos países desenvolvidos, é o caminho que percorre a ajuda, e no cofre de quem o dinheiro termina. Em uma publicação de 1962 sobre a ajuda alemã ao desenvolvimento, vêm essas esclarecedoras informações que poderiam ser repetidas sobre cada país doador de tais ajudas: de um total de 5 bilhões de marcos pagos em 1961 e 1962 pela República Federal da Alemanha, nada menos de 59,5% foi destinado ao refinanciamento. O crédito é, pois, a principal forma de ajuda. E todo crédito tem que ser pago de volta. Isso significa que o país doador, que possui uma economia caracterizada pela abundância de capital, emprestando capital a juros, faz um bom negócio com a ajuda ao desenvolvimento, ao mesmo tempo que ajuda.

Alguns desses créditos são concedidos mediante uma obri-

gação: que o país subdesenvolvido compre com eles produtos industrializados do país doador. É certo que nenhum país deseja fornecer crédito para facilitar a venda dos produtos do concorrente. É certo também que os países subdesenvolvidos precisam comprar produtos industrializados. Mas nem por isso é menos verdade que a indústria do país doador faz um bom negócio com a ajuda ao desenvolvimento. Alguns países subdesenvolvidos, já em fase mais adiantada de industrialização, como é o caso do Brasil, estão tentando mudar essa forma de ajuda, reservando parte do crédito para compras no parque industrial interno, o qual necessita aumentar a produção, para isso dependendo do aumento da procura.

Quem visita os Estados Unidos, poderá ter ocasião de ver, em diversos lugares diferentes, grandes navios brancos ancorados um ao lado do outro. São os navios hospitais das últimas guerras. Hoje eles servem para outro fim. A espetacular produtividade do sistema agrário norte-americano obrigou o govêrno a tomar providências contra o aviltamento do mercado de alimentos, sobretudo cereais, não se interno, mas também internacional. Os navios brancos estão cheios desses cereais que não podem ser lançados no mercado livre. O mesmo país descobriu uma forma muito eficiente de ajudar as economias subdesenvolvidas a aliviarem sua balança de pagamento sempre deficitárias: vendem cereais, sobretudo trigo, por preço especial, pagável em 40 anos em moeda do país comprador. Ao mesmo tempo distribui como ajuda ao desenvolvimento grandes quantidades de outros produtos agrícolas, que vão matar a fome dos menos favorecidos. Não há dúvida que a fome crônica é uma das causas da baixa produtividade do trabalhador no país subdesenvolvido, como estudou Josué de Castro. Não há dúvida que os Estados Unidos estão dando uma grande contribuição para enfrentar esse problema. Mas também é verdade que o Govêrno e o Povo dos Estados Unidos da América do Norte estão fazendo um grande negócio com a ajuda ao desenvolvimento.

Para terminar, queremos dizer que só analisamos aqui a ajuda econômica que realmente ajuda. Não consideramos aquela que poderia ser classificada puramente como imperialismo: aquela que permite ou facilita a instalação de monopólios po-

derosos, em economias subdesenvolvidas; aquela que desarticula a indústria incipiente dos países, criando concorrentes fortes demais; aquela que amarra o país receptor à política internacional do país doador, mesmo quando essa é contra os interesses dos subdesenvolvidos.

Para a outra ajuda, a boa, devemos concluir que ela poderá ser muito útil ao país subdesenvolvido, se se destinar realmente à criação e fortalecimento das suas estruturas econômicas, mas que os lucros dos países desenvolvidos, que fornecem a ajuda, não são menores de que os benefícios recebidos pelos países que a recebem. A ajuda ao desenvolvimento, mesmo quando não é imperialismo econômico, é um bom negócio. E negócio bom, é bom para todos.

SOCIOLOGIA DAS REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS

PINTO FERREIRA

1. — *A noção do desenvolvimento nas ciências sociais.* — A noção do desenvolvimento penetrou apenas recentemente, com seu significado atual, nas ciências sociais. No exame dos livros de Sociologia e Economia Política dos fins do século passado até por volta da última guerra mundial, não havia se desenvolvido nem popularizado o termo, hoje tão em moda e divulgado nas ciências sociais. Isto se deve sobretudo ao fato de que a visão dos sociólogos e economistas se concentrava de um lado no exame das sociedades industrializadas do mundo capitalista ocidental, de outro lado nas chamadas raças primitivas que eram objeto da etnologia.

Basta lembrar que o *Dicionário das Ciências Econômicas e Políticas*, ainda na sua 4a. edição de 1926, não aludia à palavra desenvolvimento para consagrar-lhe um artigo. Também no "Índice" do mesmo livro, no volume III (Jona, 1928) e no "Aditamento" à mesma obra (Jona, 1929), nenhuma referência se faz ao termo. Do mesmo modo o Manual de Sociologia de VIERKANDT, publicado em 1931, como obra prima da sociologia alemã da época não debate o problema, o que revela o estado de espírito daquelas gerações.

O mesmo já não acontece na atualidade, onde não somente os livros de Sociologia como os dicionários desta ciência se vêem obrigatoriamente na contingência de elucidar a matéria. Símbolo desta nova orientação surge no recente *Manual de Ciências Sociais (Handwörterbuch der Sozialwissenschaften, Stuttgart-Tübingen Göttingen, 13 volumes, publicado desde 1956)*, onde já se encontram dois artigos sobre desenvolvimento, ambos com o título *Entwicklungslaender*, um de autoria de